Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Comunicado Brasileiro

Class.: 52

Data: 20 de julho de 1980

Pg.: _____

Índios em estado de sítio

Documento da XII Reunião da ABA quer apuração dos desmandos da Funai

AVELINO DO VALE,
enviado especial

Rio - A apuração dos "graves desmandos" na Fundação Nacional do Índio e a punição dos responsáveis por eles é exigida nas conclusões da XII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em documento ontem distribuído à imprensa, dois dias após o término do encontro. Com base nas moções aprovadas na assembléia geral do congresso, o documento enumera, entre outras denúncias, que os índios estão submetidos a um "Estado de Sítio", pelo fechamento das áreas indígenas de todo o País à entrada de pesquisadores científicos e jornalistas.

O fechamento foi confirmado pela Funai, em resposta à uma consulta da ABA, através de telegrama assinado pelo diretor do

Departamento Geral de Planejamento Comunitário do órgão, coronel Ivan Zanoni Hausen. Após protestar contra a medida, que "cerceia a liberdade de imprensa e informação da sociedade nacional e atinge o direito ao trabalho de várias categorias profissionais", o documento da ABA conclui que a Funai tem "o evidente intuito de ocultar à Nação sua real e lesiva atuação junto aos povos que deveria proteger". Outras das denúncias para as quais a XII Reunião da ABA exige apuração são as que foram formuladas pelos funcionários - "38 indigenistas, entre eles 12 antropólogos" - demitidos da Funai do final de maio último ao início deste mês. "Puniram-se os denunciadores, antes que se apurassem as denúncias", afirma o documento.

Eis, na íntegra, as conclusões da XII Reunião da ABA:

A Associação Brasileira de Antropologia, por decisão de seus membros congregados na XII Reunião Brasileira de Antropologia, vem a público manifestar seu repúdio veemente à política indigenista oficial, tal como vem sendo executada pela Funai, órgão federal responsável pela proteção dos índios brasileiros. A atuação da Funai caracteriza claramente uma perversão dos deveres de tutela, que lhe são atribuídos pela legislação vigente. A constatação de que a Funai é um tutor infiel, e que como tal deve ser denunciada à sociedade brasileira, impõe-se pelos fatos seguintes:

(1) A Funai vem-se omitindo sistematicamente de seus deveres de tutela: ao manifestar incúria e descaso na apuração de crimes (assassinatos e torturas) cometidos contra a pessoa de índios, com o objetivo de intimidá-los na sua luta pelo direito à terra e à integridade sócio-cultural; ao ignorar invasões de terras e esbulho em grande escala do patrimônio indígena, que se verificam praticamente em todas as áreas indígenas; ao negar a identidade indígena de grupos e indivíduos que exigem sua assistência contra vários e poderosos inimigos, como é o caso dos índios do Leste e do Nordeste; ao descumprir a obrigação formal, contida em lei, de demarcar as terras indígenas no prazo estipulado e conforme as necessidades das populações indígenas.

(2) A Funai vem buscando e conseguindo artifícios legais para se omitir de seus deveres de tutela, como o demonstram: seu novo estatuto, que a eximiu da assistência e proteção aos in-

diários integrados e em vias de integração, transferindo para os estados e delegacias regionais essa responsabilidade; isso põe a imensa maioria dos índios brasileiros à mercê de forças político-econômicas incontroláveis pela opinião pública e tradicionalmente hostis aos direitos indígenas. A delegação de poderes decisórios às unidades regionais da Funai é uma forma clara de diluir competência e dificultar a apuração de responsabilidades, desarticulando os canais de reivindicação indígenas e de vigilância da sociedade nacional.

(3) A Funai vem pervertendo absolutamente o seu papel de defensora dos direitos dos índios frente à sociedade nacional: sua atuação em inúmeros casos consiste em impedir que as populações indígenas sejam obstáculo ao interesse de grandes grupos econômicos ou de órgãos e empresas federais; ou seja, a Funai passa a advogar contra os interesses indígenas. Um dos casos mais gritantes é o da construção de uma variante da rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), com financiamento do Banco Mundial, que irá cortar o coração do território Nambiquara, ameaçando de extinção definitiva um povo já gravemente atingido por crimes cometidos por administrações anteriores do órgão. Agora, vem se recusando a tratar com seriedade as consequências genocidas dessa estrada, omitindo-se mais uma vez da defesa da integridade territorial e biológica dos Nambiquara, e ocultando deliberadamente o que é um dos maiores escândalos de toda a história da política indigenista brasileira.

Outro caso, não menos gritante, é o da liberação súbita, pela Funai, de duas grandes áreas do território Yanomami, em Roraima, para atividades de mineração pelas empresas Andrade Gutierrez e Parapanema, contrariando o parecer unânime de antropólogos, missionários, médicos, juristas e outros indigenistas que, apoiados pela opinião pública nacional e internacional, vêm propondo sem sucesso a criação de um Parque Yanomami, que garanta as condições de existência desse povo.

(4) A Funai, por fim, vem abusando de seu poder de tutela, ao fechar, no início de julho de 1980, as áreas indígenas à entrada de pesquisadores científicos e jornalistas e ao dificultar, por toda sorte de pressões e subterfúgios, a comunicação dos representantes dos grupos indígenas entre si e com setores da sociedade brasileira comprometidos, por profissão ou convicção, com a causa indígena. É preciso denunciar ainda a demissão arbitrária de 38 indigenistas, entre eles

12 antropólogos, dos quadros da Funai, por terem apresentado graves denúncias referentes a irregularidades ou crimes de que foram testemunhas.

Puniram-se os denunciadores, antes que se apurassem as denúncias. Tudo isso traduz a intenção de submeter as populações indígenas a um virtual estado de sítio, isolando-as e impedindo-as de se expressar; ao mesmo tempo, cerceia a liberdade de imprensa e informação da sociedade nacional e atinge o direito ao trabalho de várias categorias profissionais, com o evidente intuito de ocultar à nação sua real e lesiva atuação junto aos povos que deveria proteger.

A Associação Brasileira de Antropologia, portanto, exige a quem de direito a apuração de tão graves desmandos e a punição de seus responsáveis, assim como a tomada de medidas eficazes destinadas a corrigi-los e orientar por rumos compatíveis com a dignidade humana a linha de atuação da Funai.

Nova presidente denuncia hostilidade às minorias

Rio - "O governo tem se tornado cada vez mais hostil aos antropólogos que trabalham com os índios, em especial, e com as minorias em geral", disse a nova presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Eunice Durham, em seu discurso de posse, (ao final da XII Reunião da ABA).

Explicando que os antropólogos pretendem "contribuir para garantir às minorias um mínimo de dignidade e respeito", ela concluiu seu discurso, afirmando que, "na presidência da ABA, tentaremos realizar a tarefa de melhorar as delicadas relações entre os antropólogos e o Governo".

Professora da Universidade de São Paulo, Eunice Durham foi eleita para presidir a ABA durante o biênio 80-82 juntamente com outros dois professores de São Paulo, Antônio Augusto Arantes Neto, para a secretaria, e Peter Fry, para a tesouraria, ambos da Universidade de Campinas, cada um dos três votados em separado. Pelo mesmo processo, foram preenchidas as seis vagas de conselheiros da entidade.

Dentre os novos conselheiros, os dois mais votados, com o mesmo número de votos, são: Roberto Cardoso de Oliveira, da Universidade de Brasília e Pedro Agostinho da Silva, Universidade Federal da Bahia, seguindo-se, pela ordem de votação, Yonne Leite, do Museu Nacional-RJ, Ruben Oliven, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ruth Cardoso, da USP, e Eduardo Diatary Bezerra de Menezes, da Universidade Federal do Ceará.

A constituição da nova diretoria da ABA por professores de São Paulo é uma reciprocidade ao apoio por eles conferido em uma coligação com professores do Rio de Janeiro da qual resultou, em 78, a eleição de uma diretoria de acadêmicos do Rio: Luís de Castro Faria, na presidência, Yonne Leite, na secretaria e Alba Zuluaga Guimarães, na tesouraria, pondo fim a um período em que a entidade quase não funcionava.

CERCEAMENTO

Iniciada segunda-feira passada, a XII Reunião da ABA teve como tônica dos simpósios e mesas-redondas que a integraram a exposição e análise do cerceamento das atividades antropológicas por órgãos governamentais, quanto aos estudos e pesquisas relativas às minorias, principalmente pela Fundação Nacional do Índio. Durante o encontro, a ABA recebeu telegrama em resposta à uma consulta confirmando a proibição de pesquisas científicas, em geral, não apenas de antropólogos - "suspensão temporária", segundo o autor do telegrama, diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário da Funai, coronel Ivan Hausen - em todas as áreas indígenas do país. A partir da leitura do telegrama da Funai, em uma mesa-redonda sobre política indigenista, foi analisada a atuação do órgão governamental, sendo criada uma Comissão Permanente para Assuntos Indígenas da ABA.